

A REVOLUÇÃO REPUBLICANA DE 1910

NA HISTÓRIA DE LUTA DO POVO PORTUGUÊS



Créditos das Ilustrações:

Eduardo Gageiro

Biblioteca Digital da Câmara Municipal de Lisboa

História da Revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891 / Empresa Democrática de Portugal – 1901

Ilustração Portuguesa – 1910

Portugal Século XX / Círculo de Leitores – 1999

Tesouros da Caricatura Portuguesa / Círculo de Leitores – 1979

A Revolução Republicana de 1910 na história da luta do Povo Português

A revolução de 5 de Outubro de 1910 constituiu um importante marco na longa caminhada do Povo Português pela sua libertação.

Culminando um generalizado movimento de descontentamento e protesto popular contra o regime em vigor, a revolução de 5 de Outubro pôs fim a uma Monarquia anacrónica e desacreditada, instaurou uma das primeiras Repúblicas da Europa e realizou importantes progressos no plano das liberdades e direitos democráticos fundamentais, da educação e da cultura, da laicização do Estado.

Tais progressos devem ser reconhecidos e valorizados. Mas não idealizados nem escamoteados os limites de classe do regime da República que, dotando o país de uma nova Constituição muito avançada para a época, deixou praticamente intacto o aparelho de Estado, o sistema de propriedade capitalista e latifundiária, a dura situação das massas trabalhadoras.

A revolução de 1910 conduzida pelo Partido Republicano triunfou graças à corajosa e entusiástica intervenção popular. Mas os dirigentes republicanos esquecendo promessas fundamentais e, enveredando pelo caminho da repressão violenta das reclamações e lutas da classe operária e das suas organizações de classe, rapidamente alienaram o amplo apoio popular de que desfrutavam.

É sobre este pano de fundo que avançam as forças mais reaccionárias e triunfa o golpe militar de 28 de Maio que pôs fim à República e abriu caminho à instauração em Portugal do fascismo, a ditadura terrorista do capital financeiro (aliado ao imperialismo) e dos latifundiários.

Não obstante os seus limites de classe a revolução de 1910 permaneceu na memória do Povo Português como acto de libertação e a data de 5 de Outubro transformou-se em bandeira de Liberdade, empunhada em importantes jornadas de luta durante a longa noite fascista, inseridas na torrente que abriu caminho à Revolução de Abril, que finalmente cumpriu objectivos libertadores que a revolução republicana não soube ou não pôde cumprir.



Antecedentes da revolução

O liberalismo português remonta à queda do absolutismo em Portugal, na sequência da revolução de 1820 e 1832, e encontra as suas raízes nas concepções ideológicas nascidas da revolução francesa de 1789. A Constituição de 1822, que garantia a liberdade individual, o direito à propriedade e a igualdade perante a lei, constituiu a primeira enunciação dos princípios gerais que caracterizariam igualmente o republicanismo vencedor em 1910.

Também as ideias socialistas inspiraram alguns dos principais ideólogos do republicanismo na sua fase inicial. Mas a derrota sangrenta da Comuna de Paris de 1871 e a evolução conservadora da III República Francesa reflectir-se-ão na evolução ideológica do republicanismo português, abandonando progressivamente objectivos de transformação social.

Para os dirigentes republicanos que a partir de 1890 associaram a propaganda republicana às grandes manifestações em defesa da dignidade nacional – como o centenário da morte de Camões ou o repúdio ao *Ultimatum* Inglês – a República seria a resposta para travar a «decadência nacional».

A crise determinada pelo *Ultimatum* inglês de Janeiro de 1890 e a humilhante claudicação da Monarquia deu origem à primeira revolta republicana. No Porto, na madrugada de 31 de Janeiro de 1891, foi proclamada a República e designado um governo republicano provisório. O esmagamento da revolta; o reforço do autoritarismo que se lhe seguiu e que teve com a ditadura de João Franco a sua mais violenta expressão; o descrédito das instituições minadas pelo «relativismo» dos dois partidos monárquicos; o aprofundamento da crise e o isolamento da Monarquia, tudo isto gerou uma generalizada aspiração popular de mudança que convergiu no Partido Republicano e na ideia da República como solução para os graves problemas do povo e do país e na necessidade do recurso às armas.



Revolução da Madeira



Revolução de 31 de Janeiro



Revolta de 31 de Janeiro em Porto



Revolução Francesa

O contexto internacional na viragem do século

O fim do século XIX, início do século XX caracteriza-se por um período de grandes e profundas mudanças. O capitalismo entra na fase do imperialismo, de domínio dos monopólios, de exportação de capitais, de disputa de mercados e fontes de matérias primas, de luta por esferas de influência e de domínio, de partilha colonial entre as grandes potências capitalistas, de que a Conferência de Berlim (1885) é expressão.

O desenvolvimento desigual do capitalismo conduz a alterações na relação de forças e ao agravamento das contradições imperialistas que virão a desembocar na I Guerra Mundial.

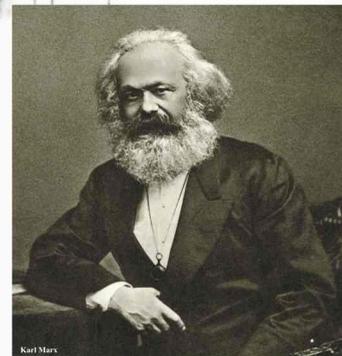
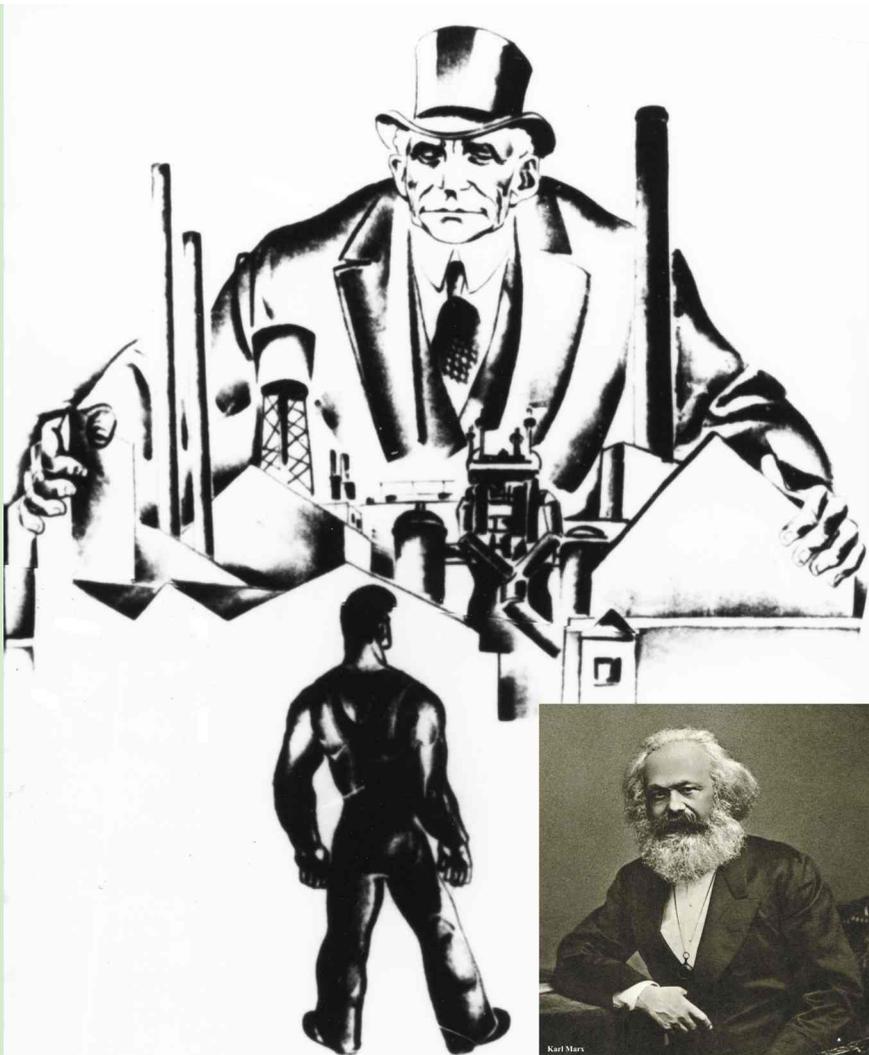
A influência dos EUA cresce e passa a rivalizar no plano industrial com a Grã-Bretanha, Alemanha e França.

A Alemanha e a Itália, nações unificadas no final do século XIX, começam a questionar o império Britânico e crescem em poder, economia e influência.

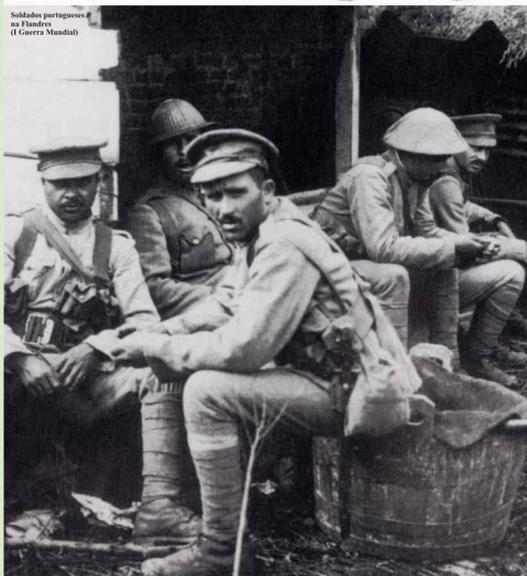
O Japão e mais tarde a China vão-se afirmando como potências asiáticas. A vitória do Japão na guerra Russo-Japonesa animou o militarismo e reforçou as ambições imperialistas do Japão e expôs a fraqueza da Rússia czarista, dando origem à revolução russa de 1905 que, para Lenine, foi apenas um ensaio geral da revolução de 1917.

É neste quadro que a Inglaterra, pretendendo apoderar-se de vastos territórios do interland africano, lança a Portugal o célebre *Ultimatum* de 1900 e mais tarde empurra o nosso país para a Guerra de 1914/18, a mais mortífera e destruidora de quantas até então tiveram lugar.

Mas este é também um tempo de avanço revolucionário, de difusão do marxismo no movimento operário, de fundação de fortes partidos da classe operária e grandes lutas populares. A Revolução Socialista de Outubro virá romper o elo mais fraco da cadeia do imperialismo. A resposta do capitalismo ao avanço vitorioso da revolução russa de 1917 e ao ascenso do movimento operário na Europa foi o apoio incondicional dos monopólios ao nazismo alemão, ao fascismo na Itália, na Espanha e em Portugal.



Karl Marx



Soldados portugueses em
na Flandres
(I Guerra Mundial)



Fábrica de armamento



Revolução Russa de 1905

Portugal – país atrasado e dependente

À data da revolução de 1910, Portugal era um país essencialmente agrário, no qual 66,2% da população residia fora dos centros urbanos. Excluindo a produção vinícola, o país era deficitário em produtos alimentares. A organização da propriedade, a predominância de latifundiários absentistas e a exploração de mão-de-obra barata em detrimento do progresso técnico, uma elevadíssima taxa de analfabetismo contam-se entre as principais causas do atraso e da dependência externa da economia portuguesa.

Com a média e a grande propriedade, em particular no Norte do País, coexistiam um considerável número de pequeníssimas parcelas de terra, que não asseguravam a subsistência dos seus proprietários.

A indústria portuguesa em que predominavam as pequenas e muito pequenas unidades, conservava processos produtivos obsoletos e mantinha uma vocação subsidiária da agricultura ou dependente dos mercados coloniais, como a indústria têxtil.

Para fugir à miséria, grandes massas de camponeses migraram do campo para a cidade. Porém, a debilidade do tecido industrial português, incapaz de absorver a mão-de-obra excedente, determinava uma exponencial emigração, na sua maioria para o Brasil.

As degradantes condições de vida dos trabalhadores e do povo – salários baixos, ausência de políticas sociais, longos horários de trabalho, elevados níveis de analfabetismo – faziam realçar a decadência e parasitismo do regime monárquico. Apesar da existência de constrangimentos vários, de entre os quais avulta a dependência face a capital estrangeiro, Portugal conheceu nos anos que antecederam a implantação da República um significativo processo de desenvolvimento industrial com a criação de novos ramos, elevação do nível tecnológico, aumento do número de unidades e da sua dimensão, acompanhando o desenvolvimento urbano nos grandes centros como Lisboa e Porto e consequente crescimento de pequena e média burguesia ligada aos sectores de serviços, também eles em expansão e que viam na Monarquia um obstáculo à sua afirmação.

Paralelamente a este processo crescia o número de trabalhadores, bem como a sua concentração e organização assente em associações de classe, o que teve como resultado o intensificar da luta reivindicativa e o surto do movimento grevista. Nos últimos anos da Monarquia, os escândalos relacionados com o despesismo da casa real indignavam os sectores mais afectados pelo atraso económico e social do país, que viam na implantação da República a via para a superação do atraso de Portugal e a satisfação das suas reivindicações.

«(...) Portugal oferece-nos o exemplo de uma forma um pouco diferente da dependência financeira e diplomática com independência política. Portugal é um Estado soberano e independente, mas, de facto, há já mais de duzentos anos, desde a guerra de sucessão de Espanha (1701-1714), encontra-se sob protectorado britânico.»

Lenine em – O imperialismo, estúdio supremo do capitalismo



Miséria operária nos arredores de Lisboa

OS DONOS DE PORTUGAL



Henry de Barnay



Duquesa de Palmela



José Palha Blanco



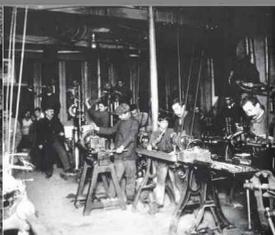
António Carvalho Monteiro



Francisco Grandella



Alfredo da Silva



Trabalho infantil
"Trabalho de Iratama"



Suspeição dos povos africanos ao colonialismo português

O «5 de Outubro»

O triunfo da revolução de 5 de Outubro de 1910 foi conseguido em Lisboa em pouco mais de vinte e quatro horas. Tendo optado pela via revolucionária a partir do seu Congresso de Setúbal (Abril de 1909) o PRP tinha desde 14 de Junho traçado planos, a nível civil e militar, para tomar o poder. Apesar das dificuldades e hesitações de última hora, as forças republicanas contaram com a adesão ou neutralização de quase todos os regimentos situados em Lisboa, ainda que só dois se tenham revoltado no dia da revolução. Com uma forte adesão de praças, sargentos e oficiais de baixa patente, foi na Marinha que foi mais amplo o apoio à revolução.

Pouco antes da 1 hora de 4 de Outubro, iniciaram-se as operações com o assalto ao Regimento da Infantaria 16 situado em Campo de Ourique. O sucesso da iniciativa levou os insurgentes a tomarem o Quartel de Artilharia 1. Contando algumas centenas de homens e munidos de artilharia, os revoltosos foram concentrar-se depois na Rotunda e no Parque Eduardo VII, tendo-se registado alguns combates com forças fiéis à Monarquia que impediram o seu curso até ao Palácio das Necessidades, sede do poder real. Por essa altura, revoltaram-se igualmente os cruzadores Adamastor e S. Rafael, juntamente com o Quartel de Marinheiros de Alcântara, garantindo às forças republicanas o controlo do rio Tejo e o domínio da cidade a partir do Sul. Em locais estratégicos de Lisboa, várias dezenas de grupos de populares e operários armados, enquadravam entretanto as operações de cariz militar. Apesar destes avanços, os militares estacionados na Rotunda chegaram a temer pelo fracasso das operações ao verificarem a não adesão de muitas das unidades com que contavam, levando ao abandono da maioria dos elementos ali localizados. Restaram alguns cabos, praças, sargentos e muitos civis, enquanto os cruzadores revoltados bombardeavam o palácio real na manhã do dia 4 de Outubro, forçando o rei a fugir. Estes bombardeamentos continuaram pela tarde, atingindo o grosso das unidades fiéis à Monarquia concentradas no Rossio. Destacaram-se ainda assim, num quadro de reduzida convicção na defesa do Governo monárquico, as baterias de artilharia que fizeram fogo sobre a Rotunda, localizadas em Campolide e nos altos do Torel, Graça e S. Pedro de Alcântara.

Após a rendição do comandante da Divisão Militar de Lisboa por volta das 8 horas do dia 5 de Outubro, a maioria dos dirigentes republicanos seguiu para a Câmara Municipal de Lisboa, onde foi então proclamada a República Portuguesa da varanda do seu edifício pelas 11 horas, tendo sido logo divulgada a composição do seu Governo Provisório.

Fora de Lisboa não se registaram grandes dificuldades na implantação do novo regime político. Os levantamentos ocorridos no Montijo, no Seixal, no Barreiro, em Almada e em Loures permitiram que nesses concelhos a República fosse proclamada logo no dia 4 de Outubro de 1910. Contaram-se cerca de 60 mortos durante a revolução, a que acresceram várias centenas de feridos.



Prisão de marinheiros da revolta de 1906



Estabelecimento de prisioneiros Casa do Godê, Lisboa



Comício socialista



Cerveja de 5 de Outubro



Mat. do Reptida de 1908



Bateria da Baixa de Lisboa



Proclamação da República na Câmara Municipal de Lisboa



Praça participando na Revolução da Rotunda



Fortificação na Rotunda em Lisboa

As primeiras medidas da República

Com a vitória da revolução, o Partido Republicano indigitou o Governo Provisório que exerceu funções até 3 de Setembro de 1911, Governo em que logo se revelaram as contradições inerentes ao novo regime. O pendor progressista de algumas das medidas tomadas coexistiu com medidas e políticas conservadoras.

No plano simbólico o novo regime adoptou uma nova bandeira, um novo hino nacional, uma nova moeda.

O combate ao clericalismo e a proibição do ensino religioso nas escolas teve como corolário a aprovação da Lei da Separação do Estado das Igrejas.

No domínio económico e social, as medidas foram de alcance limitado e contraditório. Num plano genérico a valorizar contem-se: a legislação do divórcio, da família e de protecção aos filhos; a reforma do regime do inquilinato urbano; a instituição do direito à assistência pública aos indigentes; a protecção à infância; a criação de um sistema de crédito agrícola; a redução do imposto de consumo; a aprovação do descanso semanal obrigatório ao Domingo. Mas exactamente no plano oposto estão medidas como a regulamentação do direito à greve em paralelo com o direito à prática do lock-out pelo patronato, proibindo quer os funcionários públicos de a realizarem, quer a constituição de piquetes de greve para além de ser exigido o seu pré-aviso com uma semana de antecedência.

No plano político e administrativo salientam-se: a abolição dos títulos nobiliárquicos; a reintrodução do Código Administrativo de 1878 como peça legislativa descentralizadora; o início da reforma judiciária; a introdução do registo civil obrigatório e exclusivo. Num plano oposto estão: a lei eleitoral que negou o voto às mulheres e à maioria da população analfabeta, impedindo assim os trabalhadores e o povo em geral de elegerem e serem eleitos; a manutenção do regime colonial, com submissão das populações autóctones; a criação da Guarda Republicana que cedo se constituiu como força repressiva do regime contra o movimento operário; a manutenção da prática da deportação para as colónias de opositores políticos, dirigentes sindicais e operários.

No âmbito cultural destacam-se as amplas reformas no campo da instrução em todos os graus de ensino.

Nos direitos e liberdades públicas merecem realce a legislação relativa à imprensa e a revogação das leis de excepção em vigor.

Durante os cerca de onze meses da sua vigência, o Governo Provisório gorou as expectativas criadas junto do povo português e dos trabalhadores, situação que viria posteriormente a agravar-se.

A revolução de 1910, não obstante o apoio popular que suscitou, foi uma revolução liberal burguesa que, golpeando sobrevivências feudais e oligárquicas, deixou intactas as relações de propriedade do anterior regime e só superficialmente tocou o aparelho de Estado. Enredado nas contradições internas resultantes da sua própria composição heterogénea, o Partido Republicano Português fragmentou-se em várias correntes («democráticos», «unionistas» e outras) pouco depois da revolução. A política dominante da República acabou por corresponder aos interesses dos sectores dominantes do regime, que sempre afastaram dos círculos decisórios aqueles que tinham um pensamento mais avançado.



Mulher a oferecer a nova Bandeira



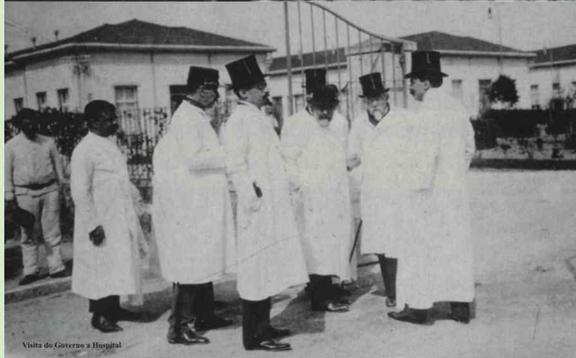
República em



Prisão de Artistas



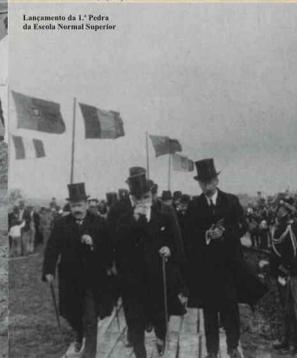
Desfile do 1.º aniversário da República - Lisboa



Visita da Governação a Hospital



Lançamento da 1.ª Pedra da Escola Normal Superior



A Constituição de 1911

A Assembleia Constituinte, eleita por sufrágio directo mas não universal dada a negação do direito de voto às mulheres e analfabetos, elaborou a Constituição de 1911 que consagrou a República como forma de Governo.

A Constituição de 1911 não abandonou a matriz liberal das Constituições monárquicas, mas consagrou um conjunto de novos direitos e garantias individuais de cariz progressista. Extinguiu os títulos de nobreza e os privilégios de nascimento. Consagrou a inviolabilidade da liberdade de consciência e de crença. Reconheceu a igualdade política e civil de todos os cultos e a liberdade de culto de todas as religiões. Consagrou a gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário elementar e o seu carácter laico. Consagrou as liberdades de expressão do pensamento, de reunião e de associação. Garantiu a inviolabilidade do domicílio e da correspondência. Aboliu a pena de morte em quaisquer circunstâncias, bem como as penas perpétuas ou de duração ilimitada. Introduziu o direito de *habeas corpus* contra abusos de poder. Reconheceu o direito à assistência pública. Consagrou o direito de resistência contra qualquer violação das garantias individuais. Instituiu o controlo judicial da constitucionalidade das leis.

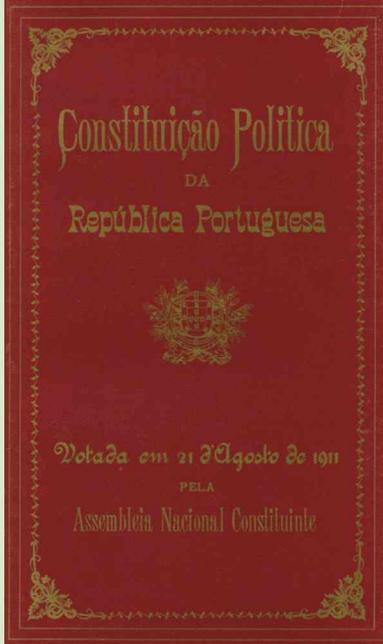
O esquema institucional da Constituição de 1911, assente num parlamentarismo absoluto, veio a revelar-se inadequado e gerador de instabilidade. O movimento operário que constituiu uma base social decisiva para o derrubamento da monarquia não esteve representado na elaboração da Constituição e viu mesmo recusada a constitucionalização do direito à greve. Não obstante a consagração de importantes direitos, a Constituição de 1911 acabou por reflectir as contradições entre a burguesia republicana liberal (dominante nas estruturas de poder) e as aspirações democráticas e progressistas do movimento operário e popular que explicam em larga medida o insucesso da República.

«Foi característica e fraqueza da República de 1910 a não realização de profundas reformas sociais. Isso deve-se fundamentalmente a que, desde 1910 a 1926 (salvo curtos e raros períodos), o poder esteve exclusivamente nas mãos da burguesia liberal. Hoje nenhuma República Democrática é viável no nosso país sem a realização de profundas reformas sociais.»

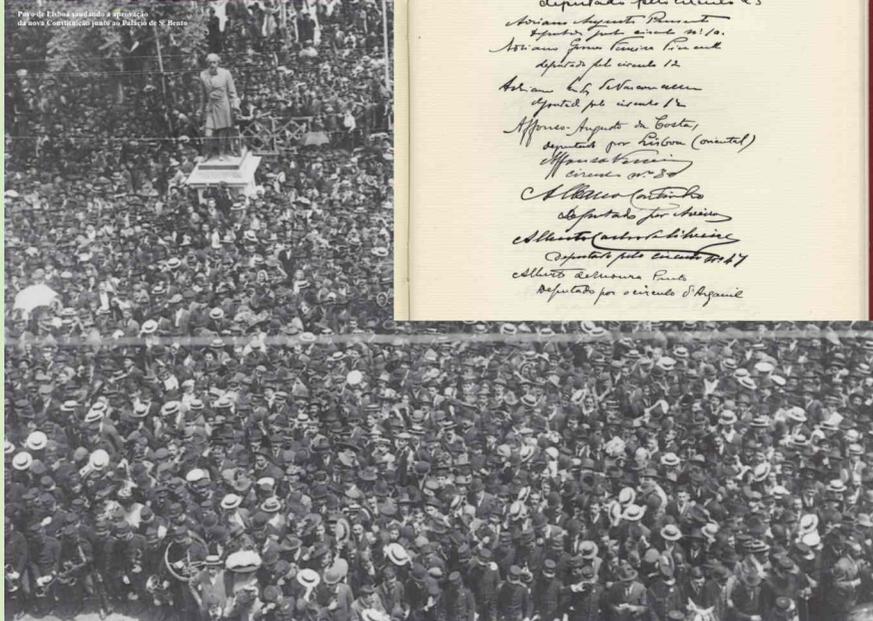
Álvaro Cunhal,
intervenção perante o Tribunal fascista
em 2 de Maio de 1950



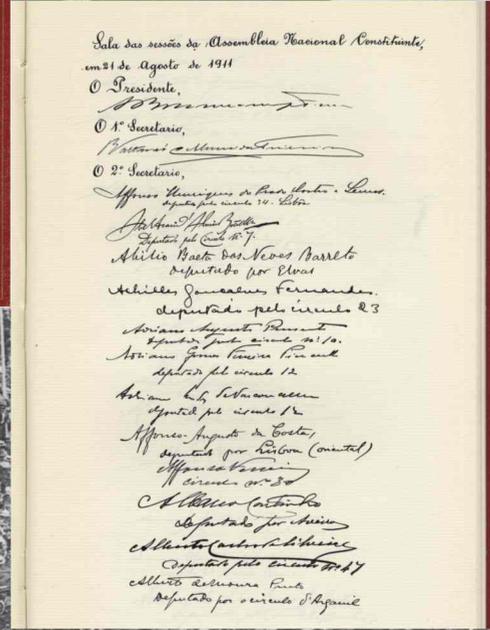
Manifestação da sessão plenária na Assembleia da República em que foi apresentado o Projecto de Lei da nova Constituição



Porção da sessão plenária e aprovação da nova Constituição junto ao Palácio de St. Bento



Manuel de Arriaga (fig. ao centro) 1.º Presidente da República



O Movimento Operário e a República

Entre finais do Século XIX e o início do Século XX, acompanhando o desenvolvimento capitalista do país, opera-se uma importante transformação do movimento operário e sindical. Aumenta o número de sindicatos e dos seus efectivos; intensifica-se a luta reivindicativa e o recurso à greve; recua o corporativismo e o reformismo e avança o «sindicalismo revolucionário»; o movimento sindical passa a situar-se no terreno da luta de classes.

Na luta pela implantação da República os trabalhadores tiveram participação importante e em certos momentos decisiva, mas as esperanças de verem as suas condições de vida significativamente melhoradas não se confirmaram. Os trabalhadores cedo verificaram que o poder republicano não estava disposto a satisfazer as suas principais aspirações, que as promessas do tempo da luta contra a Monarquia, não seriam mais do que promessas e que o novo regime não iria tocar nos interesses da burguesia e dos latifundiários.

No quadro de mais liberdade, de maior democratização da vida nacional, apesar de tudo alcançada com a República, o movimento operário e sindical conhece um impetuoso crescimento orgânico: tornam-se dezenas de novos sindicatos, desenvolvem-se estruturas de coordenação como federações e uniões, processo que vem a culminar com a criação da CGT em 1919, central sindical cujos efectivos chegam a ultrapassar os 120.000.

A constante conflitualidade social, centrada na luta entre o trabalho e o capital acompanha toda a existência da República. Com a entrada de Portugal na guerra, contra a qual o movimento operário lutou, agravaram-se as condições de vida das massas e consequentemente dá-se a intensificação das suas lutas, pondo cada vez mais em causa a natureza do novo regime, na medida em que o Estado republicano se afirma como instrumento coercivo ao serviço da burguesia e dos latifundiários.

Apesar de inicialmente os dirigentes republicanos terem procurado e saudado o apoio do movimento operário ao novo regime, o recurso crescente à repressão, a negação e limitação das liberdades, vai ser a resposta do poder republicano a um movimento operário cada vez mais organizado e combativo.

A lei da greve, uma das primeiras medidas da República passou à história como «lei burla» e Afonso Costa como o «racha sindicalistas». Logo em Março de 1911 são assassinados em Setúbal dois trabalhadores conservadores em luta e as greves de solidariedade para com os trabalhadores rurais do Sul são violentamente reprimidas. Prisões de grevistas, de sindicalistas, encerramento de organizações sindicais, apreensão de jornais sindicais, tomaram-se práticas correntes, como resposta ao desenvolvimento do movimento operário e sindical.

A ditadura de Sidónio Pais é a primeira tentativa para esmagar o movimento operário, mas foi este que, apesar das suas fragilidades e hesitações, acabou por ser decisivo para a derrota do Sidonismo, como o foi em outros momentos no combate às intenções contrarrevolucionárias.

O divórcio entre os trabalhadores e a República tornou-se fatal para o novo regime apesar da dimensão das lutas do movimento operário entre 1910 e 1926 e da obtenção de importantes conquistas, a tática reivindicativa da CGT, dominada pelo anarquismo e o anarco-sindicalismo, revelou-se cada vez mais inadequada a uma realidade marcada pela ofensiva reaccionária e pelo crescente poder do patronato assente no poder do Estado e do seu aparelho repressivo. Em vésperas do golpe de 28 de Maio a CGT, que tinha perdido influência, estava em franca desagregação e incapaz de mobilizar as massas para a resistência.

O PCP nascido sob a influência da Revolução de Outubro dava ainda os primeiros passos. A ausência de um forte partido político da classe operária, revolucionário, com influência de massas, impediu nessa fase a classe operária de fazer frente com êxito ao avanço do fascismo.



Greve da CUF - 1911



Greve dos Ferrolários - 1911



Greve da Varina - 1913



Greve da CUF - 1919



Prisão de Sindicalista no Rossio, em Lisboa - 1913



Conflitos com a GNR - 1911

A Fundação do PCP

Com a fundação do PCP a 6 de Março de 1921, iniciou-se uma nova etapa no processo de desenvolvimento do movimento operário português, a etapa da actuação da classe operária como força social autónoma.

A formação tardia do partido político da classe operária de natureza revolucionária foi condicionada pelo baixo nível do desenvolvimento económico e das estruturas sociais e pelo domínio ideológico e orgânico do anarquismo sobre o movimento operário português.

Esta realidade explica que, embora sectores importantes da classe operária tivessem participado na revolução republicana de 1910 e em certos momentos a sua intervenção tenha mesmo sido decisiva essa participação não se tenha expresso como força autónoma e com as suas reivindicações próprias.

O agravamento da situação económica, o intensificar da luta de classes, a crescente utilização do aparelho de Estado pela burguesia republicana contra os trabalhadores, levaram a uma compreensão crescente dos limites do sindicalismo como forma superior de organização e quanto à necessidade de intervir no terreno da luta política. O impacto internacional da Revolução de Outubro ampliou a consciência da classe operária quanto à necessidade de dispor da sua vanguarda revolucionária, de uma direcção política capaz de assegurar a sua intervenção como força social ideológica e politicamente independente.

O papel libertador da Revolução de Outubro mostrava que uma vida sem exploração não era apenas sonho e que os trabalhadores podiam tornar-se senhores dos seus destinos. Medidas como o horário de 8 horas de trabalho, a defesa da paz, a participação das massas na organização da nova sociedade, as nacionalizações, o controlo operário, a distribuição de terras aos camponeses, a utilização do aparelho de Estado para defender interesses e direitos dos trabalhadores, correspondiam a aspirações profundamente sentidas pelos trabalhadores portugueses.

A necessidade da fundação do PCP resultou do crescimento numérico e orgânico da classe operária, da reflexão de destacados dirigentes sindicais sobre as experiências e os resultados do impetuoso movimento reivindicativo, da divulgação das conquistas da revolução russa no qual a Federação Maximalista, e o seu órgão Bandeira Vermelha desempenharam papel essencial.

A existência legal do PCP foi curta, mas com a sua fundação foram criadas as condições para que a classe operária portuguesa viesse a ocupar o papel determinante na luta contra o fascismo, pela liberdade, por profundas transformações económicas e sociais.



Congresso no Parque Eduardo VII, Lisboa



Notícia da Formação do PCP no Jornal A Batalha



Manifestação sindical



1.º símbolo do PCP



A Comuna de Paris

Portugal na I Guerra Mundial

A participação de Portugal na I Guerra Mundial foi objecto de grande controvérsia e luta política. Os «democráticos» empenharam-se na participação na Guerra, ao lado dos Aliados. Alguns monárquicos defendiam uma possível entrada ao lado dos alemães. Sindicalistas, «unionistas» e alguns sectores do Exército, declararam-se contra a Guerra. A terminologia histórica deixou-nos três termos: «aliadófilos», «germanófilos» e «anti-guerristas». Ganharam os «aliadófilos» e Portugal entra na Guerra a partir de Fevereiro de 1916, quando o governo português por pressão da Inglaterra apressou os navios alemães que se encontravam em portos portugueses.

Num quadro de agudas contradições inter-imperialistas, a entrada na Guerra é inseparável da «aliança» de subordinação de Portugal à Inglaterra. Na realidade Portugal torna-se beligerante em resposta a três questões: Em primeiro lugar, para defender as suas colónias, tendo em conta a hipótese de estas serem tomadas pela Alemanha, ou pela Inglaterra ou por ambas. Em segundo lugar, como forma de consolidação do regime republicano e da sua legitimação no estrangeiro, resolvendo uma relação complicada com a monarquia espanhola. Finalmente, talvez a mais importante, a necessidade que Portugal tinha de assistência inglesa, para resolver os problemas financeiros da ancestral dependência externa portuguesa, aliás ulteriormente agravada pelas despesas militares e pelo bloqueio naval que ameaçava pôr em causa o fornecimento de trigo e carvão.

A participação de Portugal na Guerra representou enormes sacrifícios para o povo português em vidas humanas e agravamento brutal das suas condições de vida, propiciando o enriquecimento ilícito e a concentração de capital nas mãos de uns tantos grupos económicos. Importantes manifestações contra a Guerra e contra a carestia de vida, tiveram lugar neste período.



Embarque de tropas portuguesas durante a I Guerra Mundial



Custo da economia



Famílias que lutam para a guerra



Guerra de trincheiras



Partida de tropas para Moçambique com o apoio dos ingleses



As Raízes do golpe do 28 de Maio

Logo após o 5 de Outubro de 1910 se revela quais são os principais inimigos do novo regime: os monárquicos, naturalmente, e o clericalismo mais conservador e ruralizante. Mais tarde irá afirmar-se uma extrema-direita disfarçada por detrás de afirmações de «salvação da Pátria» advogando para os problemas da país soluções ditatoriais de cariz fascista.

Datam logo de 1911 as primeiras tentativas contra revoluções (28 de Setembro no Porto e a 5 de Outubro em Trás-os-Montes) que, prosseguirão nos anos seguintes contando com a activa participação de sectores do Exército. Fortalecida durante a ditadura de Sidónio Pais, a reacção lança-se abertamente à conquista do poder político. Paiva Couceiro instaura a «Monarquia do Norte» que foi rapidamente neutralizada e derrotada graças à decidida e combativa intervenção popular da «escadada de Monsanto».

Entretanto a base social e política da República estreita-se cada vez mais. Duramente atingidos pela crise e pela política fiscal, sectores significativos da pequena e média burguesia, particularmente de Lisboa e Porto, aproximam-se das forças mais reacçãoárias. Reforçam-se as posições e crescem as ambições do grande capital industrial e bancário. Como resposta à CGT, formou-se a Confederação Patronal que aglutinava os grandes patrões, e mais tarde a União dos Interesses Económicos, autêntico partido do grande patronato.

O golpe militar de 28 de Maio de 1926, sob a cortina da «estabilidade» e da «ordem», correspondeu ao propósito dos grandes interesses económicos de colocar o aparelho de Estado ao seu serviço, silenciar o movimento operário e as forças autenticamente democráticas, promover uma forçada e acelerada centralização e concentração de capital. O descrédito dos partidos burgueses e das instituições da República, a fraqueza e desorientação em que se encontrava o movimento sindical, e o avanço das posições da reacção no Exército, facilitaram extraordinariamente a tarefa. A coluna militar de Gomes da Costa desce de Braga a Lisboa praticamente sem resistência e o Presidente da República entrega-lhe o poder.

Estava aberto o caminho para a completa liquidação das liberdades democráticas e a instauração da ditadura fascista.

«O golpe de estado de 28 de Maio de 1926 deu início a uma nova etapa histórica. A correlação de forças define-se em favor da reacção. As suas tentativas para se assenhorar do poder acabam por sair vitoriosas. O aparelho democrático de Estado burguês, dirigido pelos políticos da pequena burguesia e das classes médias, mostra-se ineficiente para servir os interesses dos grandes capitalistas. É instaurada uma ditadura militar, que se transformará em ditadura fascista. (...)»

Pedro Soares em — Bento Gonçalves, organizador do Partido



Embarque de tropas para combater a Monarquia do Norte



Esta é a dos republicanos jacobitas, traidores e reacçãoários! Esta é a dos bons republicanos, tenos da Costa!



Cívica e militares patrulham rua de Lisboa



Sargentos incumbidos de Lamgo transferidos para o Forte de S. Julião da Barra



Camioneta fantasma da «Noite sangrenta» — 1918



Soldados no Parque Eduardo VII, Lisboa



«Migração de Fátima»



Emigrantes do norte em embarque para o Brasil



Fila para compra de géneros



Sidónio Pais (50.º no centro)



A longa Noite Fascista

As apreciações feitas pelo PCP quanto à natureza de classe do fascismo, sua vinculação aos interesses dos grandes grupos económicos e dos agrários, as causas do seu avanço e os perigos que representava para os trabalhadores e as massas populares, não eram partilhadas pela generalidade dos sectores republicanos, nem pelo quase moribundo Partido Socialista, assim como por grande parte do movimento sindical influenciado pelos anarquistas.

Os sucessivos apelos do PCP para a formação de uma frente única das forças operárias e democráticas para barrar o caminho ao fascismo, não encontraram eco naqueles sectores e a ainda limitada influência do Partido, não permitiu organizar uma resistência popular eficaz face à inconsequência do «revivalho».

Os trabalhadores, as massas populares e as forças democráticas em geral, pagaram um pesado tributo – ausência de liberdade, prisão, torturas e assassinatos, miséria e obscurantismo cultural – pelo triunfo da ditadura fascista em 28 de Maio de 1926, submetendo Portugal, durante quase meio século a um regime terrorista para servir os interesses dos grandes grupos económicos e financeiros e dos agrários.

A ditadura fascista restringiu e liquidou importantes direitos políticos, cívicos, sociais e culturais; liquidou a liberdade de expressão, de reunião e de associação. Instituiu a censura prévia. Proibiu a existência de partidos políticos. Encerrou o Parlamento. Decretou a fascização dos sindicatos. Desencadeou uma forte ofensiva contra o horário de oito horas de trabalho e o sistema de segurança social. Liquidou o direito à greve. Intensificou a exploração dos trabalhadores. Restabeleceu práticas obscurantistas e retrógradas em matéria de costumes na sociedade e na família.

Desenvolveu um monstruoso aparelho repressivo, assente na existência da polícia política, Tribunais Especiais e prisões políticas. Milhares e milhares de portugueses foram presos, torturados e assassinados. Portugal tornou-se numa imensa prisão.

Sob a ditadura fascista, todos os partidos políticos republicanos e o Partido Socialista se desagregaram, autodissolveram ou capitularam, o mesmo acontecendo ao movimento sindical de influência anarquista ou reformista.

O PCP, partido da classe operária e dos trabalhadores, foi o único partido que, ao criar uma organização clandestina, ao não capitular perante a repressão e as dificuldades, estreitamente vinculado aos trabalhadores, resistiu à ditadura fascista, organizou e encabeçou a longa luta de resistência, organizando e dirigindo a luta de massas da classe operária e batalhando pela unidade das forças democráticas. O PCP vanguarda reconhecida dos trabalhadores e das forças democráticas e antifascistas deu uma contribuição determinante e ímpar para a conquista da liberdade em 25 de Abril.



Trabalhadores em greve em Lisboa em 1927.



Prensa da Revolta dos Marinheiros em 1926.



Manifestação dos Esforços em 1946.



Assalto à Sede do PCP.



Deposição de corpos para os Açores.



Naçãoção fascista em comício das camisas negras em Lisboa.

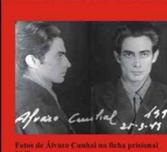


Foto de Álvaro Cunhal na ficha pessoal de 1948.

AVANTE! PROLETARIOS DE TODOS OS PAÍSES UNÍ-VOS!

ANO I - Número 1 Órgão Central do Partido Comunista (C. P. de L. C.) 13 de Fevereiro de 1931 PORTUGAL

AO PROLETARIADO DE PORTUGAL

O Comunista
SEMANÁRIO - Órgão do P.º Partido Comunista Português
Fundado em 1931 - Número 1 - 1.ª Edição - 1.ª Edição - 1.ª Edição

Contra a reacção

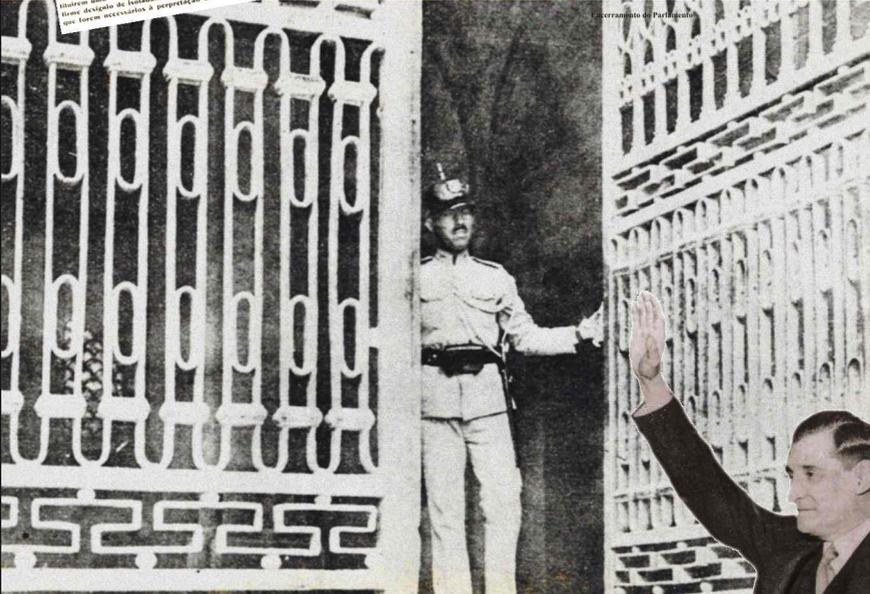
Os corpos directivos do Partido Comunista Português, tendo tomado conhecimento, na sua reunião secretária de quarta-feira, de que um movimento conservador se prepara para a conquista da Conservação da Virreia e de todos os corpos directivos e reacção, para, assumindo por um acto de terror a reacção, em todos os sectores, avançados e conservadores, para, assumindo por um acto de terror a reacção, em todos os sectores, avançados e conservadores, para, assumindo por um acto de terror a reacção, em todos os sectores, avançados e conservadores...



Manifestação em Coimbra, luta académica de 1962.



Centro de Yaraiza - Campo da Morte Louca.



Grande manifestação em Portugal.

A Revolução do 25 de Abril

A Revolução de 25 de Abril, contrariamente à revolução de 1910, teve um conteúdo verdadeiramente popular. Pela primeira vez em Portugal, os trabalhadores intervieram na revolução como força social autónoma, com as suas próprias reivindicações, defendendo os seus interesses e não os interesses das classes dominantes.

Ao levantamento militar dirigido pelo MFA, seguiu-se um poderoso levantamento popular, tendo a classe operária como força mais consciente, organizada e combativa.

Foi a acção revolucionária das massas e em particular da classe operária e do seu movimento sindical de classe impulsionado pela Intersindical Nacional que, em estreita aliança com os militares revolucionários, tornou possível que a par da instauração das liberdades tivesse sido desmantelado o essencial do poder político do Estado fascista e do seu poder económico, o poder dos grandes grupos económicos e financeiros, principais promotores, beneficiários e sustentáculo do regime fascista.

A Revolução de Abril, com a instauração de amplas liberdades, as nacionalizações, o controlo operário, a reforma agrária, o poder local democrático e a consagração na Constituição das grandes conquistas democráticas, instituiu o regime mais progressista da Europa capitalista: um regime democrático assente na liberdade da constituição de partidos políticos, na liberdade de organização sindical e no direito à greve. Um regime em que as instituições políticas se complementavam com a intervenção das massas e das suas organizações; um regime assente numa nova organização económica sem monopólios e latifundiários; uma política social inequivocamente a favor dos trabalhadores e das camadas sociais mais desfavorecidas; uma nova política cultural com a democratização do ensino, a liberdade de imprensa e de criatividade artística, o combate ao obscurantismo.

A Revolução de Abril pôe fim às trágicas guerras coloniais e inaugura uma política de amizade e cooperação com todos os povos.

As conquistas democráticas alcançadas com a Revolução de Abril são inseparáveis da luta de resistência ao fascismo travada durante 48 anos e na qual o PCP e a classe operária desempenharam papel determinante. Tais conquistas só foram possíveis porque, ao contrário de 1910, a classe operária dispôs do seu partido político revolucionário.

No combate ao fascismo, na defesa das conquistas da Revolução e do regime democrático constitucional, o PCP foi sempre pelo seu Programa que considera a instauração das liberdades democráticas e uma política ao serviço do povo e do país, inseparáveis da liquidação do Estado fascista e da destruição do poder económico dos grupos monopolistas.

A Revolução de Abril, ao não conseguir construir um Estado democrático, nem romper com a dependência do imperialismo tornou-se vulnerável a uma contra-ofensiva das forças que nunca se conformaram com a derrota nem com o rumo progressista da revolução.



Socialismo – futuro de Portugal

Portugal é hoje um país profundamente diferente daquele que em 1910 pôs fim à Monarquia e implantou a República.

Se a revolução republicana representou avanços, a Revolução de Abril – com o seu carácter verdadeiramente popular – impôs profundas transformações que apesar da contra-ofensiva ainda estão hoje presentes em importantes aspectos da vida nacional.

Da resistência ao fascismo à luta pela liberdade, das conquistas e realizações da Revolução de Abril, à luta contra a política de direita, a luta do Povo Português pela sua emancipação foi sempre o motor das mais importantes transformações realizadas ao longo deste último século.

Cem anos depois de 1910 o capitalismo vive uma das suas mais agudas crises. No nosso país crescem as desigualdades e injustiças, o desemprego atinge mais de 700 mil trabalhadores, a ofensiva contra direitos alarga-se e a degradação de aspectos importantes do regime democrático colocam inquietantes sinais quanto ao futuro. Ao mesmo tempo, acentua-se o processo de reconstituição do capitalismo monopolista, com a crescente concentração da riqueza nas mãos de um punhado de grupos económicos.

Portugal continua a ser um país dependente. A subordinação dos interesses nacionais ao grande capital nacional e estrangeiro aprofundou-se com a integração na União Europeia, com a presença na NATO e o alinhamento com os objectivos do imperialismo.

Declínio nacional, retrocesso social, dependência, injustiças – é este o resultado de mais de trinta anos de política de direita de PS, PSD e CDS que coloca como grande exigência da actualidade a intensificação da luta por uma ruptura e uma mudança na vida nacional, que abra caminho a uma política alternativa de esquerda ao serviço do Povo e do país.

O PCP – partido da classe operária e de todos os trabalhadores – constitui o obstáculo maior à concretização dos objectivos do grande capital e é uma força indispensável à luta pela ruptura com a política de direita, à concretização de uma vida melhor e à construção de uma nova sociedade – o socialismo e o comunismo.

Será a luta dos trabalhadores e do Povo Português que imporá as necessárias e justas transformações capazes de garantir um país com futuro. O PCP confia que as páginas mais exaltantes da história da luta e do Povo Português ainda estão por escrever.

Capítulo I
O Partido

Art.º 1.º

1. O Partido Comunista Português, pela identificação dos seus ideais e objectivos com as aspirações mais profundas do povo português e com os interesses nacionais, é continuador legítimo das melhores tradições da luta e das realizações progressistas e revolucionárias do povo português.

*Dos Estatutos
do Partido Comunista Português*

